



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 2ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de 2017, às 13:30h, no Auditório do Conselho, na
2 Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes
3 pontos de pauta: **1º) Assuntos Gerais; 2º) Apresentação e Votação da ata do dia 09/02/2017 3º)**
4 **Conferência da Saúde das Mulheres; 4º) Conferência de Vigilância em Saúde; 5º) Novo**
5 **financiamento do SUS; 6º) Comissões; Conselheiros Titulares:** Luis Carlos Bolzan (COSEMS),
6 Giovani Paulo Zortea (FETAG), Carolina Gyenes (SEPLAG), Denize Cruz (SERGS), Camila
7 Jacques (CRMV), Zilá Cohen (AGAFAPE), Alcides Pozzobon (FEHOSUL-AHRGS), Mara Lúcia
8 Soeiro (SINDISEPE), Adão Zanandréa (FADOC), Fabiana Andressa (FGSM), Paulo Azeredo Filho
9 (FAMURS), Aglaé Silva (SES), José Hélio Freitas (GAPA/RS), Cláudio Augustin (CUT), Lotário
10 Schindwein (CGTB), Rosemeri Suzin (CREFITO), Camila Giugliani (UFRGS), Leila Ghizzoni
11 (EMATER), Eni Bahia (CNBB), Itamar Santos (FETAPERGS), Jairo Tessari (FED. STAS CASAS),
12 Elson Farias (SES), Gisele Lobato (SIMERS), Eder Pereira (CGTB), Elizandra Ferronato (CRESS),
13 João de Deus Pawlak (FRACAB), Roberta Grudtner (SIMERS). **Conselheiros Suplentes:** Sandra
14 Leon (CRP/RS), Diva Luciana Flores da Costa (SINDISEPE), Roberta Silva (CORSAN), Sandra
15 Schmitt (MS/RS), Helena Ranzolim (SINDIFARS). A plenária inicia com a apresentação da pauta
16 pelo presidente Cláudio e abre para inscrição de assuntos gerais. Posteriormente é feita a leitura da
17 ata da plenária anterior. Foram feitas algumas colocações e correções. A Aglaé relatou da
18 importância de não sintetizar tanto, de forma que apareça a Resolução, o que ficou encaminhado .
19 Após leitura e devidas correções, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O
20 Cláudio seguiu informando que o Secretário de Saúde não estará presente hoje em função de agenda
21 em BRASÍLIA como presidente do CONASS e sugeriu que a pauta onde ele iria participar ficasse
22 para a próxima plenária, onde seria melhor discutida. O presidente falou também da transferência
23 do evento sobre financiamento do SUS marcado na Assembléia, que passou para o dia 03 de março
24 de 2017. Sobre o ponto da Conferência de Saúde das Mulheres, foi informado que a Marilina, que é
25 coordenadora do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), vem dar uma explanação no
26 CES sobre o que é vigilância em saúde, para contribuir com a conferência de Vigilância em Saúde.
27 Cláudio relatou do Seminário do dia 14/02 que reuniu mais de 260 pessoas e onde foi discutido o
28 documento orientador estadual da Conferência de Saúde das Mulheres (CESMu). Fabiana,
29 secretária geral da CESMu, informou que todas as reuniões da coordenação da conferência
30 ocorrerão nas terças-feiras pela manhã. Relatou que as coordenadoras da conferência tiveram
31 reunião com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado e fizeram um calendário de
32 atividades que posteriormente será divulgado. Solicitou parceria da comunicação para divulgação e
33 a Márcia disse que já tem um espaço no site do CES para a CESMu e estão alimentando com as
34 informações que chegam. A Sandra Schimidt complementou informando que todos os documentos
35 que são públicos já foram encaminhados para divulgação e que a organização da conferência está
36 em pleno vapor e com quase tudo encaminhado. Sandra Leon complementou relatando que a
37 avaliação do Seminário do dia 14 foi muito positiva, com participação de todo o Estado e que o
38 caderno orientador é norteador e não só de propostas e que ainda está aberto para colaborações.
39 Informou que será repassado para os Conselhos Municipais de Saúde para subsidiar as discussões.
40 E sobre a conferência de Vigilância em Saúde, lembrou da importância desse debate. O presidente
41 pergunta se há mais informações a serem colocadas sobre a CESMu e não havendo, esse ponto se
42 encerra após os relatos. O outro ponto de pauta foi a Conferência de Vigilância em Saúde onde já

43 foram realizadas duas reuniões. Na primeira reunião foi iniciado um levantamento das outras
44 conferências e de temas relacionados. E na segunda reunião, que ocorreu hoje de manhã, foram
45 discutidos os dados e informações conseguidas. O CEVS vem colaborando nessas discussões. Foi
46 feita uma proposta de aglutinação dos eixos 1 e 2 da Conferência de Vigilância para a mesa e que
47 será enviado para o CNS. Sobre as plenárias Macrorregionais, a Sandra Leon levantou sobre a
48 importância das discussões sobre vigilância nessas plenárias macrorregionais. A Gislaíne faz um
49 relato da reunião na Assembleia Legislativa do Estado que foi uma visita de mobilização e que
50 fecharam agenda com as comissões da Assembleia para pautarem a Conferência de Saúde das
51 Mulheres e relatou sobre um programa específico sobre a saúde da mulher. Considerou muito
52 positiva essa agenda. O Cláudio encerrou as discussões das Conferências de Saúde das Mulheres e
53 de Vigilância em Saúde e relatou que temos outra conferência em paralelo que está nos
54 preocupando, que é a Conferência para elaboração dos planos municipais de saúde, que são
55 obrigatórias. Disse que esse assunto foi debatido de manhã na reunião da mesa diretora e lembrou
56 que os municípios estão com novas gestões e tendo que organizar muitas coisas. A Aglaé relatou
57 que no evento de acolhimento que reuniu mais de 440 municípios, vários temas foram debatidos,
58 inclusive a conferência para elaboração dos planos municipais. Os gestores se mostraram
59 preocupados com a realização das três conferências, alguns municípios informaram que farão a
60 conferência dos planos junto com a Conferência de Saúde das mulheres. Relata que devemos tomar
61 uma posição frente aos municípios da importância que tem essa conferência de elaboração dos
62 planos e que precisamos ouvir os municípios. O Lotário complementou da preocupação dos
63 municípios com a realização desses eventos e lembrou que ainda temos a Conferência Livre, que
64 seria uma 4ª Conferência. O Bolzan complementou que 80% dos 497 municípios do Estado são
65 pequenos, com menos de 30 mil habitantes, e que para eles é difícil a realização desses eventos.
66 Que até para os municípios grandes é difícil. Bolzan disse que no evento do acolhimento foi
67 discutida a dificuldade em fazer todas essas conferências e por isso querem propor que as
68 conferências ocorram junto. Camila reforçou da dificuldade em realização de todos esses eventos e
69 lembrou que o objetivo das conferências é propor as diretrizes para as políticas públicas e incluir
70 essas propostas nos planos de saúde, então seria interessante que os assuntos relacionados a
71 vigilância em saúde fossem também antecipados para constarem nos planos de saúde. O Zé Hélio
72 relatou que começou a participar da Conferência de Vigilância em Saúde e da importância desse
73 tema e que vigilância é tudo. Itamar lembrou que as conferências temáticas vieram para fortalecer
74 esses debates e que seriam importantes essas discussões entrarem nos planos dos municípios. Falou
75 que no seu modo de ver, as discussões da Conferência de Vigilância em Saúde não se perdem,
76 mesmo sendo depois da elaboração do plano. E sugeriu que as duas primeiras conferências (das
77 Mulheres e do plano) ocorram juntas, mas que se mantenha a de Vigilância em Saúde. Cláudio
78 colocou que o planejamento das conferências não está muito bom e que a lógica seria as
79 conferências ocorrerem antes da elaboração dos planos. Disse que podemos deixar os municípios
80 livres para decidirem como farão. Relatou que a ideia era fazer uma conferência única e não três e
81 que é importante antecipar as discussões de vigilância em saúde e que todas as falas até agora foram
82 nesse sentido. Complementou que se houver consenso a sugestão é incorporar nas plenárias
83 Macrorregionais esses assuntos para colaborar na elaboração dos planos municipais. A ideia é pegar
84 o caderno norteador da Saúde das Mulheres e tentar fazer um de Vigilância em Saúde. A Sandra
85 Schmidt disse que já estão fazendo isso com as propostas de vigilância e que tem um grupo
86 discutindo isso e que esse grupo irá propor um caderno norteador de vigilância em saúde. O grupo é
87 formado por Sandra Schmidt, Sandra Leon, Silvana, Débora, Rose, Leila e Helena. Sandra colocou
88 que o caderno orientador da Conferência das Mulheres já pode ir para o site, assim como o da
89 Conferência de Saúde e que o da conferência de vigilância vai para divulgação assim que ficar
90 pronto. Itamar colocou que a mesa diretora vai orientar os municípios no sentido de que as
91 conferências podem ocorrer juntas. Também informou que a conferência livre de comunicação será
92 em abril. Cláudio lembrou que mesmo as conferências sendo realizadas juntas elas devem ter os
93 relatórios separados. O presidente perguntou se haveria mais algum relato nesse ponto das
94 Conferências e, não havendo, foi passado para o próximo ponto que é o financiamento do SUS.

95 Informou que o Secretário Estadual de Saúde está na reunião da tripartite em Brasília e, portanto, o
96 debate deliberativo será na próxima plenária, mas que está aberto para debate. Jairo acredita que
97 não estamos ainda muito apropriados desses assuntos para discutirmos e que devemos esperar o que
98 vem da nacional. Itamar colocou que o CNS elencou algumas perguntas sobre o tema que serão
99 repassadas para todos. Também acha que precisamos no inteirar mais sobre o tema. Lotário fez
100 algumas colocações e disse que é importante aprofundarmos essas discussões nos municípios. Disse
101 que sempre defendeu a autonomia dos municípios, mas entende que é necessária a participação do
102 controle social. Zé Hélio reforçou que financiamento é muito importante e que por trás disso tem os
103 indicadores que são fundamentais. Bolzan opinou que as mudanças no financiamento trazem coisas
104 positivas e negativas. Uma das vantagens é a autonomia, tirando os carimbos e o fato de poder usar
105 os recursos de acordo com os planos. Mas o lado negativo é a falta de controle. E demonstrou
106 preocupação pois estamos retomando coisas antigas como se fossem a salvação. Jairo
107 complementou dizendo que tem algumas dúvidas, visto que ainda não se debruçou sobre o tema e
108 se mostrou preocupado. Aglaé colocou que estamos no “achômetro”, pois ainda não sabemos como
109 será definido. Informou que tem um Grupo de Trabalho que trabalhará com isso. Ela disse que tem
110 ouvido falar que o plano de saúde assumirá uma importância muito grande. Informou que o pessoal
111 da vigilância está atento, pois sempre tiveram bastante recurso e lembrou que esse recurso, muitas
112 vezes, ficava na conta, sem ser usado e que isso também deve mudar. Ela imagina que com as
113 mudanças as coisas possam melhorar e os municípios possam discutir e planejar melhor os planos
114 de saúde. O Bolzan relembrou que os planos não são engessados e que podem ser modificados a
115 qualquer momento. O Cláudio finalizou esse ponto lembrando que ele será melhor discutido na
116 próxima plenária. No ponto de relato de comissões não houve relato. No ponto dos assuntos gerais,
117 estão inscritos Zé Hélio, Bolzan, Márcia, Lotário, João de Deus, Éder e Eni. O Zé Hélio abordou
118 sobre a campanha do MS sobre a AIDS que invés de tirar o estigma do preconceito, reforça o
119 preconceito. Sugeriu uma carta de repúdio, que será transformada em moção de repúdio. Jairo pediu
120 esclarecimento e disse não conhecer essa peça publicitária e que, portanto, não poderá se
121 manifestar. A carta de repúdio foi lida e foi colocada em votação. Teve 6 abstenções (SES, Agafape,
122 CNBB, Simers, Federação das Santas Casas), mas foi aprovada. O Bolzan trouxe dois temas. O
123 primeiro sobre a reforma da previdência onde ele sugere que devemos pautar esse assunto e tirar
124 uma posição. O segundo sobre um relato de cobrança ilegal de médicos a pacientes atendidos pelo
125 SUS. Diz que isso não é novo, mas que devemos discutir esses assuntos e colocar também em pauta
126 discussões sobre os consórcios de saúde. Márcia fez uma reflexão sobre as condições de trabalho no
127 CAFF, como o uso dos elevadores, que trancam a toda a hora e que questionaram para a gestão que
128 respondeu que isso é normal porque são velhos. Também relatou de vários banheiros em estado
129 precário ou que não estão funcionando, que as coisas estão correndo e que alguns funcionários
130 estão sendo proibidos de usarem as copas dos andares, que são coletivas e que a do 6º andar foi
131 privatizada. Foi questionada por Aglaé para que explicasse o que significa o privatizada. Respondeu
132 que Ali se vendem artigos variados. Lotário reforçou que precisamos discutir os pontos que o
133 Bolzan colocou e que precisamos nos mobilizar para a questão da previdência. João de Deus
134 comunicou que o conselheiro Odil pediu para sair do CES e que o suplente Carlos Martins será o
135 titular. Disse que se sente emocionado e triste com a saída de Odil. Relatou também sobre a reunião
136 do Conselho gestor do Conceição e da diminuição de pessoas nos corredores do Conceição e que as
137 pessoas devem ter dignidade quando estiverem lá. Helena, que trabalha no Conceição, fez um
138 aparte e informou que isso ocorreu por intervenção do MPT, que foi feito um novo plano de
139 redistribuição de pacientes. João de Deus solicitou um espaço nas plenárias para relato de
140 representações, assim como já existe para o relato de comissões. Éder trouxe uma recomendação do
141 CNS para rejeitarmos o PLS 200/2015. Esse PLS irá retirar o controle social dos projetos de
142 “cobaias” humanas, ficando só a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia e que também tem o
143 objetivo de reduzir o prazo para aprovação de drogas e insumos. Também isentará os laboratórios
144 do acompanhamento dos pacientes em testes após a aprovação dos produtos. Sugere que façamos o
145 encaminhamento em todos os nossos canais de comunicação. Nada mais havendo a tratar, Itamar
146 deu por encerrada a reunião, da qual eu, Laryssa Silveira lavei a presente ata que, após leitura e

147 aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre.

NOTA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO À CAMPANHA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE PREVENÇÃO DO HIV PARA O CARNAVAL

148 O Fórum ONG-AIDS RS, o Fórum das ONG/AIDS do Estado de São Paulo (FOAESP) e a Rede
149 Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS do Estado de São Paulo (RNP+SP), organizações da
150 sociedade civil dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo que trabalham no controle social
151 das políticas públicas sobre aids e em defesa das pessoas que vivendo com HIV e aids, vêm a público
152 manifestar o mais profundo repúdio à campanha de prevenção do HIV lançada nesta terça-feira, em
153 Salvador, pelo Ministério da Saúde.

154 O filme, principal peça da campanha, começa mostrando o carnaval. O narrador diz: “Milhões de
155 pessoas brincam o carnaval. No Brasil, 260 mil sabem que têm o HIV e não se tratam”. De caráter
156 aparentemente informativo, a frase é perigosíssima. Primeiro, porque traz uma mensagem subliminar
157 que responsabiliza as pessoas com HIV pela disseminação do vírus que provoca a aids.

158 Depois, porque transfere a responsabilidade do vínculo do paciente aos serviços de saúde e ao
159 tratamento apenas às pessoas que vivem com HIV. O perigo está em induzir a que a sociedade
160 acredite que a responsabilidade seja só desses indivíduos, quando é, primeiramente, do Estado
161 Brasileiro, bem como do seu governo executivo.

162 Essas mensagens escondem da sociedade que em diversas cidades brasileiras há um enorme hiato,
163 que pode chegar a até seis (6) meses, entre o diagnóstico de HIV e a primeira consulta com um
164 médico especializado.

165 O filme utiliza os primeiros segundos para culpar as pessoas com HIV e no tempo restante se embola
166 confundindo teste e camisinha. Ao associar o não tratamento de “260 mil pessoas com HIV” àquelas
167 pessoas que não fazem uso do preservativo em suas relações sexuais, o Ministério da Saúde ressalta
168 ainda mais o estigma, o preconceito e a discriminação a que são submetidas cotidianamente as
169 pessoas com HIV em todo o País.

170 Segundo dados de 1º de dezembro de 2016, o Ministério da Saúde estima em 827 mil pessoas
171 vivendo com HIV no Brasil. Das 715 mil pessoas diagnosticadas com HIV, apenas 455 mil fazem uso
172 do tratamento antirretroviral – o coquetel de medicamentos. Destas, 410 mil estão com carga viral
173 suprimida (o que, segundo estudos científicos recentes, reduz em mais de 96% o risco de transmissão
174 do HIV). No entanto, apenas 565 mil estão retidas num serviço de saúde. Assim, nos perguntamos por
175 que 260 mil pessoas com HIV não tomam o coquetel de medicamentos se o tratamento está disponível
176 a toda população?

177 A pasta da Saúde prepara Resolução que destinará a Estados e Municípios recursos a apenas duas
178 (2) categorias de despesa: custeio e bens de capital. Os secretários de saúde utilizarão os recursos
179 nos programas e políticas que considerarem prioritários. Precisamos que os gestores entendam que a
180 aids continua sendo um problema de saúde pública no Brasil e em todo mundo.

181 Pela mensagem de comunicação escolhida, o Fórum ONG-AIDS RS, o FOAESP e a RNP+SP
182 manifestam indignação e repúdio a esta peça publicitária e exigem do Ministério da Saúde que o filme
183 seja recolhido e não seja veiculado.

184 Porto Alegre / São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

185 **Fórum ONG-AIDS RS**

186 **Fórum das ONG/AIDS do Estado de São Paulo**

187 **Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS do Estado de São Paulo**

Claudio Augistin
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos
Vice Presidente do CES/RS

Fabiana Andressa
Coordenadora do CES/RS

Denise Cruz
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein
Coordenador do CES/RS

Camila Jacques
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS